 ISSN 2358-0135 (on-line)

A VIGILÂNCIA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE GOVERNO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

Rodrigo R. Truyllio[1]
Vanessa Panozzo[2]

Resumo: O presente artigo faz uma breve análise da Vigilância Social (socioassistencial) como ferramenta de Governo.Propõe refletir sobre as implicações na operacionalização da Vigilância Social a partir de um olhar sobre as práticas de governo e as transformações dos mecanismos de poder do Estado. Aborda também a inserção desses instrumentos no cotidiano dos trabalhadores sociais, a fim de destacar a importância desses elementos para a gestão e o planejamento das políticas sociais, bem como para a materialização e valorização do trabalho social. Pretende, finalmente, abordandoas possíveis relações entre Governo, Estado e Políticas Públicas, construir elementos que possam auxiliar no processo de resignificação das práticas dos trabalhadores sociais.

Palavras-chave: Estado. Políticas Públicas. Vigilância Social. Poder.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o papel do Estado, enquanto propositor de políticas públicas, e as implicações para os trabalhadores sociais no papel de executores dessas politicas são o foco desse trabalho. Mais especificamente, nele pretende-se identificar algumas dimensões presentes na política de Assistência Social; materializadas por uma das áreas da gestão da informação denominada Vigilância Social, a partir de uma breve análise histórica sobre a problemática do governo e do Estado enquanto instituição centralizadora das políticas públicas. A Vigilância Social, dentro do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, tem como principal função a produção e a sistematização de informações capazes de auxiliar no processo de "planejamento, supervisão e execução dos serviços socioassistenciais" (PNAS, 2005).

No discurso estatal, o que se pretende com as informações produzidas é garantir com que as políticas alcancem seus objetivos. No entanto, indo além desse discurso, ao

[1] Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especializando em Planejamento do Trabalho Social da Faculdade de Serviço Social – PUC-RS. Trabalhador da Política de Assistência Social do município de Viamão-RS, no Setor de Informação e Vigilância Social.

[2] Professora e Pesquisadora do Departamento de Serviço Social da UFRGS.

 ISSN 2358-0135 (on-line)

reconstruir historicamente as práticas de governo do Estado, percebe-se um movimento histórico que, para além do discurso de eficácia política, traz à tona as problemáticas do governo *versus* população, nas quais poder e informação atuam de forma interligada. Neste sentido, o presente artigo inicia considerando alguns aspectos teóricos da formação do Estado e sua relação com a temática de governo e como, nesse processo, o mesmo foi se constituindo como uma instância dotada de grande poder de dominação.

Em seguida será tratada a temática da Vigilância Social como ferramenta da política pública e como ela pode se materializar na prática do trabalhador social produzindo informações para subsidiar a ação do Estado. Também neste item, ressalta-se a importância do papel do trabalhador social no trato dessas informações. Por fim, propõem-se algumas ideias para contribuir no debate acerca da função do trabalhador social na análise e execução das políticas públicas.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DAS FORMAS DE GOVERNO E DO PAPEL DO ESTADO

Ao problematizar a temática das políticas públicas deve-se necessariamente passar pelo exame do Estado, destacando seu papel legítimo de produtor e executor dessas políticas. Para que se compreenda como ele atingiu esse status de legitimidade, se faz necessário uma análise, ainda que breve – no caso desse trabalho – do processo social de construção do que se chama hoje de Estado[3]. No entanto, para não correr o risco de ser pensado por um Estado que se julga pensar – desconsiderando o quanto somos influenciados por seu pensamento – faz-se necessário realizar um movimento de ruptura, colocando em questão todos os pressupostos e teorias já construídas sobre ele (BOURDIEU, 1991). É importante também romper com uma certa visão dualista ("maniqueísta") que comumente se vê, que distingue o Estado bom do Estado ruim. Ou seja, é preciso ir além para entender que o poder de Estado não é fruto de uma intenção

[3] Bourdieu(1994) procura ampliar o conceito de Estado proposto por Max Weber sendo, "o Estado é uma comunidade humana que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física em um território determinado"; ao incluir no texto que o Estado exerce também "o monopólio da violência simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente" (p.97). Contudo será necessário ampliar ainda mais o conceito utilizando conceito de Estado Nação proposto por Giddens (1985) que traz "Um Estado existe onde há um mecanismo político de governo controlando determinado território, cuja autoridade conta com o amparo de um sistema legal e da capacidade utilizar a força militar para implementar suas políticas"(GIDDENS, 2005, p.342).

 ISSN 2358-0135 (on-line)

ou de um plano daquele que "detém" o poder, mas que se dá através de um conjunto de práticas que se inter-relacionam, dando sentido (e direção) e lógica à sua ação, fazendo emergir os mecanismos de produção e reprodução do seu poder.

> (...) não há instrumento de ruptura mais poderoso do que a reconstrução da gênese: ao fazer com que ressurjam os conflitos e os confrontos dos primeiros momentos e, concomitantemente, os possíveis excluídos, ela reatualiza a possibilidade de que houvesse (e de que seja) de outro modo e, por meio dessa utopia prática, recoloca em questão o possível que se concretizou entre todos os outros. (BOURDIEU, 1994, p . 98)

Seguindo nessa linha metodológica de construção da gênese do Estado e das formas de governo, encontram-se os trabalhos de Michel Foucault e Pierre Bourdieu. O primeiro aborda a temática do ponto de vista das práticas de governo e o seguinte trata da questão do poder simbólico do Estado e de como ele se enraíza e se materializa nos corpos e nas mentes dos sujeitos.

Para tentar dar conta da questão acerca da gênese das práticas de governo será utilizado como texto base o artigo de Michel Foucault *A Governamentalidade* de 1978, da obra *Microfísica do Poder*. Segundo Foucault (1979) é a partir do século XVI com a formação dos grandes Estados territoriais, seguida de um processo de dissidência e dispersão religiosa (Reforma e Contra Reforma), que passa a se colocar a problemática do governo de uma forma mais geral. Até então a família desempenhava um papel central, na medida em que era tida como modelo de estrutura organizacional para o Estado. A figura do pai, enquanto chefe do núcleo familiar, representava a posição do governante em relação à estrutura estatal.

Somente no século XVII que a "arte de governar" começa a ser pensada enquanto técnica e a partir de uma "ciência de governo" (estatística). Isso ocorre devido a um processo de complexificação da realidade social, em que a expansão demográfica e o desenvolvimento das práticas econômicas colocam em evidência as questões sobre **como** e **o que** governar. Assim a literatura sobre a arte de governar, que tinha como foco aconselhar o príncipe sobre como deveria agir para a manutenção do seu poder, passa a tentar responder a seguinte questão: "como introduzir a economia – isto é, a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família – ao nível da gestão de um Estado?" (FOUCAULT, 1979).

 ISSN 2358-0135 (on-line)

> Governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, as riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, **uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família**. (FOUCAULT, 1979, p.281)

No entanto, segundo Foucault (1979), os debates sobre a arte de governar ficaram, por certo tempo, "bloqueados" – tentando resolver a questão de como transpor o modelo de economia familiar para a estrutura estatal – e somente no final do século XVIII é que ocorre um processo de deslocamento do lugar da família em relação ao Estado. Se antes as práticas de governo estavam fundamentadas em um paradigma onde a família era modelo de administração, agora, com o crescimento populacional, o que deve ser administrado ganha outra proporção e consequentemente, suas técnicas devem ser repensadas. Ainda, com a expansão das práticas econômicas, o modelo baseado na administração da economia familiar não consegue dar conta dessa nova realidade estatal. Surge assim a necessidade de novas técnicas que possam agir sobre esse novo objeto que se tornará foco dos governos, a saber, a população e seu território. Assim, a estatística assume o papel de "ciência de governo" por excelência.

> De fato, se a estatística tinha até então funcionado no interior do quadro administrativo da soberania, ela vai revelar pouco a pouco que população tem uma regularidade própria (...) revela também que ela tem características e que seus fenômenos são irredutíveis aos da família (...) revela finalmente que através de seus deslocamentos e de sua atividade, a população produz efeitos econômicos específicos (FOUCAULT,1979, p.288).

Outro problema que surge junto com o Estado, além da questão de governo, é o da legitimidade para governar. Procurando ir além do debate acerca das formas de representação política, Bourdieu (1994) chama atenção para a *violência simbólica*[4] que o Estado exerce ao impor universalmente uma cultura dominante sobre o conjunto da sociedade. O autor procura mostrar como, no processo de formação do Estado, ele foi se constituindo enquanto instância dotada de um capital específico e o "lugar por

[4] Segundo Boudieu, " O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, "uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências". É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os "sistemas simbólicos" cumprem a sua função politica de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra **(violência simbólica)** dando o reforço da sua própria força as relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a "domesticação dos dominados" (BOURDIEU, 1989, p. 11).

 ISSN 2358-0135 (on-line)

excelência da concentração e do exercício do poder simbólico" (BOURDIEU, 1994, p. 108).

Ainda de acordo com Bourdieu (1994), pode-se dizer que o Estado é quem detém o monopólio legítimo de controle sobre diversos campos sociais. Ele concentra diferentes tipos de capital – capital da força física ou dos instrumentos de coerção, capital econômico, capital cultural (informação) e capital simbólico – que faz dele detentor de um tipo de metacapital, que exerce controle sobre os outros tipos de capital e sobre quem os detém.

> A concentração de diferentes tipos de capital leva, de fato, à emergência de um capital específico, propriamente estatal que permite ao Estado exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital, especialmente sobre as taxas de cambio entre eles(concomitantemente sobre as relações de força entre seus detentores)(BOURDIEU, 1994, p.99).

Essa particularidade do Estado garante a ele a legitimidade para criar os instrumentos necessários para manutenção da própria legitimidade, ou seja, ele é o agente indiscutível que produz e concentra as informações, propõe e executa as políticas ou, em última instância, delega poderes a terceiros. O que se pretende destacar aqui é que o Estado, enquanto instância dotada de um tipo específico de capital simbólico, exerce o poder de impor uma forma específica de ver e compreender a realidade social, ao elaborar as políticas públicas, ao produzir análises das informações, ao determinar quais os problemas sociais mais graves etc.

É possível identificar os reflexos desse movimento de deslocamento da dimensão do que, e de como deve ser governado, na formação do Estado e consequentemente na construção das políticas públicas. No processo atual de modernização da gestão, o que está em jogo, entre outras coisas, é fazer a economia da população, do território e dos seus recursos. Isso se dá, entre outros mecanismos, através das políticas públicas. Essas politicas são construídas e retroalimentadas a partir de informações produzidas basicamente pelo corpo técnico do Estado. Em outras palavras, as políticas públicas são fundamentadas, principalmente, a partir da produção de dados estatísticos e das ferramentas de planejamento e gestão. Fazendo esse breve apanhado histórico, torna-se possível traçar algumas relações desse passado com o presente, para poder entender o processo de constituição da política de assistência

 ISSN 2358-0135 (on-line)

social. Principalmente como a área da Vigilância Social passa a ser, se não o principal, um dos principais eixos estruturantes dessa política.

Neste sentido, o próximo item aborda aspectos acerca da vigilância social como ferramenta da política pública, está consolidada a partir da Política Nacional de Assistência Social, garantindo um viés de controle e construção de indicadores sociais numa perspectiva de construção de cidadania.

3 A VIGILÂNCIA SOCIAL: SUAS FERRAMENTAS E SEUS USOS

Em termos de gestão, a Política Nacional de Assistência Social está organizada de maneira descentralizada e participativa e suas ações têm como foco principal a família e o território como unidades de medida organizacional. São definidos como elementos centrais para execução da política

> (...) a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede sócio-assistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos: Matricialidade Sociofamiliar, descentralização político-administrativa e territorialização, novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil, Financiamento, Controle Social, desafio da participação popular/cidadão usuário, política de recursos humanos e a Informação, o Monitoramento e Avaliação" (PNAS 2004, p. 39).

Enquanto sistema, o SUAS trabalha sobre três eixos estruturantes, a saber, a **Vigilância Social (Socioassistencial), Proteção Social e a Defesa Social e Institucional.** A Vigilância Social busca identificar o fluxo de necessidades e demandas de proteção social e como estão sendo ofertados os serviços e benefícios. Para isso, ela se organiza sobre três conceitos-chave que se inter-relacionam: risco, vulnerabilidade e território (PNAS, 2010). A Proteção Social deve garantir as seguranças básicas de sobrevivência ou de rendimento e autonomia, segurança de convívio ou vivência familiar e segurança de acolhida referente à oferta dos serviços. Por fim, a Defesa Social e Institucional busca a garantia de direitos relacionados a formas e mecanismos de participação dos usuários como: acesso às informações da política, qualidade de atendimento, possibilidades de acesso à política, etc. Ainda que os três eixos funcionem de maneira inter-relacional, a Vigilância Social desempenha papel essencial ao produzir informações que subsidiam as ações dos outros eixos.

 ISSN 2358-0135 (on-line)

A Vigilância Social, ou Socioassistencial, está fundamentada sobre três conceitos, a saber, os conceitos de risco, vulnerabilidade e território. A noção de risco envolve a capacidade da política de definir um conjunto de eventos que devem ser prevenidos ou ter seus agravos reduzidos. Para a operacionalização desse conceito, foram definidos como eventos: a violação de direitos pertinentes à proteção que a política deve ofertar e a fragilização ou rompimento dos vínculos familiares e ou comunitários. O conceito de vulnerabilidade está relacionado aos possíveis desdobramentos dos eventos de risco que podem gerar situações ou identidades de exclusão, que estão ligadas às possibilidades de acesso aos serviços, recursos, direitos e bens socialmente distribuídos (PNAS, 2010). Assim, ao se produzir informações sobre a eminência ou a incidência desses riscos, torna-se possível então a prevenção ou o enfrentamento das situações de vulnerabilidade. Por fim, esses eventos e desdobramentos ocorrem dentro de determinado território que, por sua vez, é definido como espaço dinâmico onde se materializam as relações sociais, conformando assim uma estrutura de oportunidades e um ambiente de maior ou menor exposição aos riscos, onde a política pública deve intervir.

A relação entre esses três conceitos vai gerar uma matriz de operacionalização fundamentada principalmente na coleta de dados, produção e análise de informações. Assim, essa peculiaridade do Estado vai ao encontro do que Bourdieu procura destacar:

> O Estado concentra a informação, que analisa e redistribui. Realiza, sobretudo, uma unificação teórica. (…) ele é o responsável por todas as operações de totalização, especialmente pelo recenseamento e pela estatística ou pela contabilidade nacional, pela objetivação, por meio da cartografia, representação unitária, do alto, do espaço, ou simplesmente por meio da escrita, instrumento de acumulação do conhecimento e de codificação como unificação cognitiva que implica a centralização e a monopolização em proveito dos amanuenses ou dos letrados (BOURDIEU, 1994, p.105).

Portanto, a Vigilância Social é considerada parte estratégica da área de gestão do SUAS, pois tem como função a produção, sistematização e análise das informações acerca das situações de risco e vulnerabilidade e dos padrões dos serviços oferecidos (PNAS, 2010). Ela movimenta um fluxo de informações que, apesar de estar ligada diretamente à gestão da política, deve alcançar também as unidades de proteção básica e especial onde os serviços são ofertados. Por outro lado, essas unidades de serviços (CRAS e CREAS) também devem fornecer informações para alimentar o banco de

 ISSN 2358-0135 (on-line)

dados e subsidiar futuras análises que devem servir de auxílio para o planejamento das ações nas unidades. Sendo assim:

> os serviços devem ser consumidores das informações processadas ou produzidas pela área de Vigilância Social, e esta deve, para cumprir seus objetivos, fornecer aos serviços informações estruturadas que contribuam para que estes avaliem sua própria atuação, **ampliem seu conhecimento sobre as características da população e do território** de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes, e ainda, planejem e executem ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea(NOB/SUAS, 2010, p.74 e 75).

Para tanto, o processo de materialização dessa ferramenta traz para o cotidiano profissional muitos desafios, sendo esses refletidos no próximo item.

4 O PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIAL E OS DESAFIOS PARA OS TRABALHADORES SOCIAIS

Por se tratar de área estratégica e essencial à sua função, o Estado, de maneira geral, sempre procurou investir e tentar acompanhar o desenvolvimento tecnológico das ferramentas informacionais. Ele busca concentrar informações desde a sua origem, e atualmente é portador de um vasto banco de dados com diversas informações sobre sua população[5]. Assim, o processo de produção de dados e informações permeia constantemente, através dos tempos, o trabalho dos técnicos do Estado – especificamente neste momento histórico, dos trabalhadores da área da Política de Assistência. Esse processo se caracteriza pela inserção de instrumentos (formulários de registro e relatórios), técnicas (acolhidas, busca ativa) e rotinas padronizadas de trabalho que, devido aos avanços nas áreas da comunicação e informação, vêm sofrendo diversas transformações e atualmente encontram-se em um estágio de desenvolvimento considerável.

[5] Além da inserção das ferramentas de Vigilância Social, no caso do Estado Brasileiro, o Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal(CADUNICO), que atualmente conta com o mais de 21 milhões de famílias inscritas, é um bom exemplo dessa vontade de saber do Estado em relação a sua população: "O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família."(Fonte: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico).

 ISSN 2358-0135 (on-line)

Assim, do ponto de vista burocrático/institucional, ou objetivo/material, as ferramentas de Vigilância Social se materializam no cotidiano dos trabalhadores sociais através da inserção de formulários padronizados para coleta de informações, das exigências do gestor central em termos de resultados e metas, da utilização de sistemas informatizados para registro de informações, relatórios, da busca ativa das famílias em situação de vulnerabilidade, enfim, de um conjunto de atividades e sistemas relacionados à produção e sistematização de informações. No plano das estruturas cognitivas/subjetivas desses sujeitos, a inserção desses instrumentos tem representado mais uma dimensão da atual precarização das relações de trabalho, ou seja, para os trabalhadores torna-se mais uma demanda de trabalho em um cotidiano já, muitas vezes, repleto de demandas. Isso tem gerado resistências e desinteresse. Além disso, lidar com distintas trajetórias e práticas profissionais sedimentadas pelo tempo não é tarefa fácil quando as mesmas necessitam ser revistas. Por se tratar de uma dimensão "nova" no trabalho – em termos de organização e padronização – o desconhecimento, não apenas do significado, mas também da própria função dos instrumentos de Vigilância Social, pode gerar conflitos e resistências das partes envolvidas. E sua implementação pode se tornar ainda mais difícil na medida em que grande parte dos trabalhadores possui uma formação que não contempla esses requisitos.

Os trabalhadores do SUAS, em nível municipal, acabam por aglutinar tanto as demandas sociais, implicadas nos atendimentos, quanto as demandas de trabalho que estão em constante transformação. Também são eles que acabam sentindo mais diretamente as consequências do processo de expansão capitalista, e do ideário político neoliberal, com o agravamento da questão social – que reflete na demanda de atendimento – e com a precarização das condições de trabalho – materializadas nas péssimas condições de infraestrutura e recursos humanos. Outro fator importante, que agrava ainda mais o quadro atual, é o movimento de "abandono" do Estado em relação às suas funções sociais nas três esferas de atuação (federal, estadual e municipal), ao realizar com frequência contratos temporários de trabalho e processos de terceirização direta ou indireta, ao delegar para outras instâncias a execução das políticas públicas. De acordo com Raichelis (2009), essa prática destitui de significado o trabalho técnico realizado pelos trabalhadores sociais, que têm seu vínculo empregatício subordinado a prazos contratuais e impõe um caráter de descontinuidade às políticas, contribuindo para

 ISSN 2358-0135 (on-line)

o rompimento dos vínculos com os usuários. E o que era para ser um direito se torna apenas um serviço.

Além disso, de acordo com Torres(2008), essa configuração heterogênea do quadro funcional – composta por contratados e concursados – acaba criando múltiplas culturas institucionais que podem dificultar a implementação das ferramentas padronizadas de produção da informação. Estudos em Sociologia do Trabalho (TORRES, 2008) propõem algumas questões que nos ajudam a entender as possíveis relações entre as formas organizacionais e os processos de socialização que não podem ser dissociados das relações de trabalho. Uma das possibilidades de análise busca explicar que a crescente especialização e fragmentação técnica, engendrada no processo de trabalho contemporâneo, acaba por contribuir com a produção de múltiplas (sub)culturas dentro de uma mesma organização. Essa perspectiva entende que a dinâmica organizacional acaba por representar os mesmos aspectos de diferenciação social e cultural inerentes ao sistema social como um todo (TORRES, 2008). Se acrescentarmos a isso a permanente rotatividade dos quadros de recursos humanos devido às contratações temporárias, temos um contexto de radicalização dos processos de diferenciação da cultura organizacional, implicando na criação de grandes barreiras para a constituição de processos homogeneizadores da dinâmica de trabalho.

Ainda, a não utilização dessas ferramentas de Vigilância Social pode acabar gerando a produção de informações imprecisas que dificultam a visualização do trabalho realizado, gerando intervenções ineficazes junto aos usuários e engendrando um processo de desvalorização do trabalho técnico realizado. A gestão, por sua vez, ao "não ver" materializado o resultado do trabalho, acaba deixando de atender reivindicações dos trabalhadores que são justas, mas de certa forma invisíveis.

Apesar de todo esse contexto, de precarização do trabalho – que poderia gerar sentimentos de insatisfação e vontade de mudança – percebe-se um processo de reprodução das estruturas, conformando uma espécie de *habitus institucional* (CICOUREL, 2007) por parte dos trabalhadores, onde qualquer "acréscimo" ou possível modificação que cause algum desequilíbrio na rotina de trabalho pode gerar grandes resistências. Característica muito presente em nossa sociedade, fruto da dinâmica de individualização e fragmentação social, inerentes às formas de socialização da vida moderna.

 ISSN 2358-0135 (on-line)

Nesse sentido, a busca por implementar instrumentos de trabalho padronizados, modificar práticas e inserir novos elementos na rotina de trabalho, implica em uma transformação muito mais profunda que incida diretamente nas formas de socialização, que vão além das fronteiras organizacionais. Sem negar as diferenças, deve-se reforçar a importância da coletividade e re-significar as práticas, buscando restabelecer os vínculos sociais que se expressam no trabalho. Com esse movimento, construir-se-ia as bases para formação de uma identidade organizacional não apenas voltada para a instituição e seus resultados, mas também apontando para a necessidade de valorização dos espaços coletivos e, nesse caso específico, para a valorização dos espaços e serviços públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de extrema importância que os trabalhadores sociais possam ter conhecimento dos processos históricos que engendram o Estado e, consequentemente, as políticas públicas. Quando não se tem esse olhar histórico, corremos o risco de naturalizar os processos de construção da realidade social, fazendo desaparecer as inúmeras possibilidades de um fazer diferente. Além de compreender as transformações históricas nas formas de Governo e sua estreita relação com a construção das políticas públicas, é importante também perceber que o Estado, ao impor uma forma específica de ver e construir a realidade social – através do ato de *violência simbólica* – acaba contribuindo também para naturalização desse processo.

Ao visualizar esse processo, o trabalhador social poderá entender que a informação e suas formas de produção e circulação são elementos constitutivos da nossa sociedade que tendem a se complexificar cada vez mais e farão uso deles cada um de acordo com seus objetivos. Também irão compreender que as possibilidades de diferentes práticas emergem num mesmo contexto, isto é, se o Governo utiliza as informações para "controle" da população, os trabalhadores sociais podem utilizá-las para combater a Questão Social. Por isso, entender a dinâmica de poder do Estado pode ajudar o trabalhador social a ressignificar e reorientar suas práticas.

Dessa forma, o que este texto pretendeu demonstrar foram as possibilidades de ação e análise inscritas nas práticas sociais. Conhecer as estratégias de poder pode ser de extrema importância para que o trabalhador social possa direcionar suas ações,

 ISSN 2358-0135 (on-line)

empregando suas forças no sentido de romper com essa dinâmica, na busca de constituição de focos sociais de resistência.

Sabe-se que as políticas públicas são em grande parte fruto de lutas sociais, mas que, no entanto, seguem uma certa lógica de conformação que é determinada pelas possibilidades históricas de emergência delas. Os trabalhadores sociais, na luta por garantia de diretos sociais, pela diminuição das desigualdades, ao perceberem essa dinâmica, constroem um certo espaço de autonomia ao constatar a existência de mecanismos de poder que, dependendo da atual configuração de forças, podem pender para um lado não desejado. Dito isso, é importante observar que a **Vigilância Social,** dentro do SUAS pode possuir, inscritas em si mesma, as possibilidades de construção de um projeto de combate à questão social ou de manutenção da atual configuração social, bastando apenas utilizar as ferramentas teóricas e metodológicas adequadas.

REFERÊNCIAS

AUN, Marta Pinheiro. Políticas de informação; Políticas emergentes na sociedade da informação: o olhar formal. In:__. **Antigas nações, novas redes:** as transformações do processo de construção de políticas de informação. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBCT/ECO-UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Lei Orgânica de Assistência Social.** Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 dez. 1993.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica do Suas** (NOB/Suas). Brasília, 2010.

CICOUREL, Aaron V.. **As manifestações institucionais e cotidianas do habitus**. Tempo soc., São Paulo, v. 19, n. 1, June 2007 .

COUTO, Berenice. YAZBEK, Maria C.. RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

 ISSN 2358-0135 (on-line)

GIDDENS, Antony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MENDES, Jussara M.. PRATES, Jane Cruz. AGUINSKY, Beatriz G. **O Sistema Único de Assistência Social**: as contribuições a fundamentação e os desafios a implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TORRES, Leonor Maria de Lima**. (Re)Pensar a cultura e a formação em contexto de trabalho: tendências, perspectivas e possibilidades de articulação**. Sociologias, Porto Alegre, n. 19, June 2008.

VAITSMAN, Jeni. RODRIGUES, Roberto W. S.. PAES-SOUSA, Romulo. **O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais**: A experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome do Brasil. UNESCO. 2006.